

Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial, de Sidney Chalhoub. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Rachel Soihet*

A atuação dos médicos sanitaristas no Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, que então se investiram da “missão” de sanar a cidade de suas mazelas, constitui-se no objeto de consideração do historiador Sidney Chalhoub no seu trabalho *Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. As prioridades desses profissionais recaíam no combate aos cortiços, às epidemias de febre amarela e na solução do problema da vacinação antivariólica, diante das práticas populares *vacinophobicas*. Não escapa a Chalhoub o outro lado dessa trama, buscando desvendar valores, experiências e estratégias de resistência dos populares, já que sobre eles, os negros em particular, incidia com maior ênfase o ônus desse processo.

A temática tem merecido a atenção de historiadores, cientistas sociais e profissionais ligados à medicina social, que em sua maioria tem optado por uma abordagem “foucaultiana”. O estudo aqui focalizado segue uma outra trilha, inspirada nas proposições teóricas e no estilo de narrativa de E.P. Thompson e de seu discípulo Peter Linebaugh. Nessa linha, observa-se a realização de extensa e significativa pesquisa em fontes manuscritas sobre habitações coletivas e papéis da Junta Central de Higiene, além de correspondência entre a referida Junta e o Ministério do Império. Também um leque numeroso e diversificado de fontes impressas compõem seu *corpus* documental. Paralelamente a essa investigação, e articuladas a ela, o historiador desenvolveu suas reflexões teóricas, perseguindo novas pistas, realizando descobertas e construindo o seu objeto. São ainda influências mar-

* Professora da Universidade Federal Fluminense.

cantes na construção histórica de Chalhoub as propostas do antropólogo norte-americano Sidney Mintz e do historiador Carlo Ginzburg, com a sua extraordinária contribuição do “paradigma indiciário”.

A irreverência e a ironia marcam presença na escritura de Chalhoub, reafirmando-se, assim, a concepção de Mikhail Bakhtin de que a seriedade não estaria obrigatoriamente identificada à sisudez, ao contrário do que propaga a cultura burguesa. Em que pesem as questões de extrema complexidade ali tratadas, a clareza do texto é, igualmente, uma importante virtude da obra em foco.

O autor inaugura o primeiro de seus capítulos, dedicado aos cortiços, com a narrativa dramática da destruição do mais célebre cortiço carioca, o “Cabeça de porco”, em 26 de janeiro de 1893. Para ele, trata-se de um episódio emblemático, não apenas pela violência com que foi levado a efeito – quando a tônica foi a total insensibilidade aos apelos dos moradores pobres – mas, especialmente, pela repercussão calorosa que mereceu da imprensa da época. Refletindo acerca da violência empregada, o historiador considera esse episódio um “mito de origem” que explica o tratamento comumente dispensado aos populares, até hoje, pelos segmentos dominantes, desconhecendo os seus direitos de cidadania.

Chalhoub, argutamente, vai obtendo as chaves que lhe permitem reconstruir, passo a passo, o movimento decorrente da instauração das crenças que justificaram a derrubada dos cortiços e o conseqüente afastamento dos pobres das áreas centrais da cidade – a identificação das “classes pobres” como “classes perigosas” constituir-se-ia na primeira delas. Os higienistas alegavam que a promiscuidade presente nos cortiços era um perigo para a ordem pública e que tais habitações coletivas eram focos de irradiação das epidemias e fértil terreno para a propagação dos vícios.

Os objetivos dos médicos foram em boa parte alcançados graças: 1) ao surgimento de uma ideologia da higiene, legitimadora daquelas medidas; 2) à aliança com os grupos empresariais, ansiosos por se aproveitarem das novas oportunidades de investimento, e 3) ao fato de a Inspetoria de Higiene alcançar, após a República, um poder total, pois de suas decisões nenhum

recurso podia ser interposto. Outra das crenças então veiculadas era a de que a “neutralidade científica”, se combinada à “competência”, conduziria o país à “civilização”. Nesse sentido, os higienistas, do alto de seu saber, julgavam-se no direito de decidir os destinos da população pobre do Rio de Janeiro.

A tese higienista acerca da “neutralidade” de seus propósitos desmascara-se de vez no segundo capítulo – relativo à febre amarela –, que mostra o entrelaçamento entre o pensamento médico e as ideologias políticas e raciais. Boa parte do capítulo detém-se nos debates ocorridos entre *infeccionistas* e *contagionistas*, que na verdade desconheciam as razões da doença. O autor não deixa de se referir às explicações de ordem religiosa para esses males, veiculadas nos diários e no Parlamento.

A forma distinta com que, nas décadas de 1850 e 1870, os médicos e as elites dirigentes encararam os problemas provocados pelas epidemias de febre amarela estava relacionada aos interesses econômicos e políticos desses grupos. Na primeira fase foi percebido que os africanos e seus descendentes eram menos atingidos pela doença, que vitimava principalmente a população branca, mormente, os imigrantes. Os governantes não se preocuparam muito com essa questão, pois pouco afetava a propriedade escrava, num momento em que essa força de trabalho era a base da produção. Além desse aspecto, era, de qualquer forma, escasso o conhecimento que se tinha sobre a enfermidade naquela época.

Em 1870, por outro lado, a febre amarela havia se tornado um problema de saúde pública, justamente porque num momento de crise da escravidão vitimava, prioritariamente, os imigrantes. Segundo os higienistas, fazendeiros de café e altos funcionários do Império, o combate à febre amarela era necessário para viabilizar a imigração européia para o Brasil, essencial à realização do progresso e da civilização. Na medida em que se aproxima o fim do século XIX, o combate às doenças articula-se a uma política de “embranquecimento” da população – fenômeno que se patenteia, segundo Chalhoub, na priorização do combate à febre amarela em detrimento de outros males como, por exemplo, a tuberculose, que acometia principalmente a população negra.

A história do serviço de vacinação – desde a sua introdução no Rio de Janeiro em 1804 até a Revolta da Vacina em 1904 – e os problemas decorrentes, inclusive os debates entre os médicos sobre a eficácia da vacina, estão presentes no terceiro e último capítulo. Dentre os problemas, Chalhoub destaca as experiências da população do Rio com o serviço de vacinação, realizando, em vista disso, uma incursão no mundo das concepções africanas e afro-brasileiras sobre doença e cura, especialmente no que tange a varíola e seu orixá, Omolu.

Emerge da narrativa uma “outra história” que busca tornar compreensível a tradição de desconfiança dos populares em relação à vacina e às práticas da medicina oficial e a sua preferência pelos *vacinophobos* populares. Medidas mais enérgicas são implementadas já em fins do século XIX, com vistas à obrigatoriedade da vacina: proíbe-se aos não-vacinados o acesso aos estabelecimentos de ensino e empregos públicos, culminando com ações mais agressivas como a “caça” aos *vacinophobos* e a vacinação domiciliar – não poucas vezes burlada pelos populares. Após seguir pistas lançadas por alguns poucos historiadores, Chalhoub, articulando os aspectos acima apresentados, contribui de forma decisiva para a elucidação das tensões que culminaram com a Revolta da Vacina em 1904, particularmente no que tange às ações dos populares.

Uma crônica de Machado de Assis serve de mote para uma série de considerações conclusivas. Um dos destaques é a retomada das discussões sobre as teses científicas da época, em que o historiador enfatiza o seu caráter indissociável das lutas de classes. Tal aspecto torna-se visível no empenho dos *infecionistas* em desqualificar os saberes populares sobre doença e cura, ao mesmo tempo em que expropriavam os conhecimentos e práticas dos trabalhadores. Por outro lado, Chalhoub critica os apologistas da monarquia no século XX, alguns dos quais continuam a se manifestar nos dias atuais, que defendem a maior tolerância do regime monárquico com as diferenças culturais em relação à República. Seria preciso, segundo ele, “muita ginástica intelectual e retórica barroca” para descrever como “tolerante” uma classe que escravizava, intimidava e torturava tanto quanto a dos nossos

escravocratas. O autor conclui que com a República teria ocorrido um reordenamento estrutural nas políticas de dominação e nas relações de classe, engendrando-se os novos significados sociais gerais norteadores dos conflitos sociais. “Modernização sem mudança” nos métodos do poder público seria o emblema dos novos tempos.

A obra em foco ocupa lugar privilegiado no âmbito da História da Ciência, à qual fornece uma contribuição inovadora, no que diz respeito às políticas de saúde pública no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Também, num sentido mais amplo, no que tange à historiografia brasileira, pela competência com que teceu sua trama, em termos de teoria, metodologia e pesquisa documental, unindo “imaginação e erudição”, Chalhoub dá uma lição de como fazer História.